



Câmara Municipal de Aljezur

Acta n.º 02/07

REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sala das Sessões dos Paços do Município

Data: 23 de Janeiro de 2007

Início: 10.00 horas

Encerramento: 12.40 horas

Aprovada em: 06 de Fevereiro de 2007



A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidência: José Manuel Velhinho Amarelinho, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Aljezur

Vereadores Presentes:

José Manuel Lucas Gonçalves

Flávio de Jesus Figueiras

Maria de Fátima Gomes Abreu Neto da Silva

Verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Manuel José de Jesus Marreiros



A reunião foi secretariada pelo Técnico Superior de Segunda Classe, José da Silva Gregório.



Abertura da Reunião: Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião pelas 10.00 horas.

Deliberações Tomadas

FALTAS JUSTIFICADAS: – A Câmara tendo conhecimento que o Senhor Presidente, Manuel José de Jesus Marreiros, não pode estar presente na reunião por motivos profissionais, deliberou por unanimidade, considerar justificada a sua falta.-----

A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INTRODUIR NA ORDEM DO DIA O SEGUINTE ASSUNTO: -----

– CASA DA CRIANÇA DO ROGIL – PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE APOIO FINANCEIRO -----

I – *Período Antes da Ordem do Dia*

PONTO UM – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

– A Câmara tomou conhecimento dos Despachos do Senhor Presidente, exarados na primeira Modificação às Grandes Opções do Plano – PPI e AMR e na primeira Modificação ao Orçamento para o ano dois mil e sete, cujos documentos, depois de devidamente rubricados, ficam arquivados em pasta própria. -----

INFORMAÇÃO NÚMERO QUATRO BARRA DOIS MIL E SEIS SOBRE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS – Ao abrigo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete barra noventa e nove de oito de Junho:-----

No uso da competência em matéria de superintendência na aquisição de bens e serviços, conferida pelas alíneas f) e g) do número um, do artigo sessenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, informo os membros do Executivo, sobre as adjudicações abaixo indicadas: -----

CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO PRIMEIRO CICLO DE ODECEIXE – Critério de adjudicação: proposta de mais baixo preço -----

Adjudicado a “Prospectiva Projectos, Serviços e Estudos, Lda.”, por despacho de vinte e sete de Setembro de dois mil e seis, no valor de sessenta mil e oitocentos euros (mais IVA) -----

Outros concorrentes: -----

“PROCESL – Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda.” – segundo lugar – setenta e dois mil euros (mais IVA) -----

“PROENGEL – Projectos de Engenharia e Arquitectura, Lda.” – terceiro lugar – setenta e quatro mil euros (mais IVA) -----

AJUSTE DIRECTO PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE REORDENAMENTO DO ESTACIONAMENTO PRAIA DA AMOREIRA/MONTE CLÉRIGO E ACESSO PEDONAL À RIBEIRA DE ALJEZUR -----

Adjudicado a “António Marques – Arquitectura e Planeamento, Lda.”, por despacho de seis de Outubro de dois mil e seis, no valor de quatro mil duzentos e cinquenta euros (mais IVA) -----

AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA DE FOSSAS NO CONCELHO-----

Adjudicado a “SISÁQUA – Sistema de Saneamento Básico, Lda.”, por despacho de nove de Outubro de dois mil e seis, no valor de quatro mil quatrocentos e vinte euros (mais IVA) -----

CONSULTA PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO PARA IMPRESSÃO DA AL-RIHANA – REVISTA CULTURAL DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR – NÚMERO DOIS -----

Critério de adjudicação: proposta de mais baixo preço -----

Adjudicado a “Gráfica de Santo António de J. T. Oliveira”, por despacho de dez de Outubro de dois mil e seis, no valor de quatro mil duzentos e cinquenta euros (mais IVA) -----

Outros concorrentes: -----

“Radical – Gabinete de Design Gráfico e Pré-Impressão” – segundo lugar – quatro mil setecentos e cinquenta euros (mais IVA) -----

CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO PARA O ACTUAL CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL -----

Critério de adjudicação: proposta de mais baixo preço -----

Adjudicado a “António Marques Arquitectura e Planeamento, Lda.”, por despacho de vinte e sete de Outubro de dois mil e seis, no valor de nove mil e oitocentos euros (mais IVA) -----

Outros concorrentes: -----

“PROSPECTIVA – Projectos, Serviços e Estudos, Lda.” – segundo lugar – dezassete mil euros (mais IVA) -----

“POGITAPE – Projectos de Arquitectura, Planeamento e Engenharia, Lda. – terceiro lugar – vinte e dois mil e quinhentos euros (mais IVA) -----

“PROENGEL – Projectos de Engenharia e Arquitectura, Lda.” – quarto lugar – vinte e três mil euros (mais IVA) -----

CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJECTO DE RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA FORTALEZA DA ARRIFANA E ESPAÇO ENVOLVENTE -----

Critério de adjudicação: proposta de mais baixo preço -----

Adjudicado a “António Marques Arquitectura e Planeamento, Lda.”, por despacho de vinte e sete de Novembro de dois mil e seis, no valor de quatro mil setecentos e cinquenta euros (mais IVA) -----

Outros concorrentes: -----

“Tempea – História, Arte, Património e Ambiente, CRL” – segundo lugar – nove mil e oitocentos euros (mais IVA) -----

AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DE CABAZES DE NATAL PARA OFERTA AOS FUNCIONÁRIOS -----

Adjudicado a “ALICOOP – Cooperativa de Produtos Alimentares do Algarve, CRL”, por despacho de vinte e três de Novembro de dois mil e seis, no valor de quatro mil quinhentos e sessenta e sete euros e quarenta cêntimos (mais IVA) -----

CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE ESPECTÁCULO PIRO MUSICAL -----

Critério de adjudicação: proposta de mais baixo preço -----

Adjudicado a “HC & Filhos, Lda.”, por despacho de vinte e oito de Novembro de dois mil e seis, no valor de oito mil euros (mais IVA) -----

AJUSTE DIRECTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALUGUER DE ILUMINAÇÃO DE NATAL -----

Adjudicado a “Joaquim & Fernandes – Electricidade e Telecomunicações, Lda.”, por despacho de vinte e nove de Novembro de dois mil e seis, no valor de quatro mil novecentos e oitenta e cinco euros (mais IVA) -----

CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE ALMOÇO E LANCHE DE NATAL AOS FUNCIONÁRIOS E AUTARCAS -----

Critério de adjudicação: proposta de mais baixo preço -----

Adjudicado a “Quintal D. Quixote – Restaurante, Lda.”, por despacho de sete de Dezembro de dois mil e seis, no valor de dez mil quatrocentos e dezasseis euros e vinte e cinco cêntimos (mais IVA) -----

CONSULTA PRÉVIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – EDIÇÃO DE LIVRO SOBRE PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS -----

Critério de adjudicação: proposta de mais baixo preço -----

Adjudicado a “1000Olhos – Imagem e Comunicação, Lda.”, por despacho de catorze de Dezembro de dois mil e seis, no valor de sete mil cento e catorze euros (mais IVA) -----

Outros concorrentes: -----

“NC&G – Design, Fotografia e Publicidade, Lda.” – segundo lugar – sete mil quinhentos e cinquenta e oito euros e setenta e dois cêntimos (mais IVA) -----

RELAÇÃO DOS PROJECTOS DE OBRAS PARTICULARES APROVADOS PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA -----

– EDGAR BRUNO FERNANDES LOUÇÃO E SÓNIA FILIPA RODRIGUES PROENÇA – Construção de habitação – Urbanização do Vale da Telha – Sector C – Lote sessenta e sete – Aljezur – vinte e cinco de Dezembro de dois mil e seis -----

– JACOBUS MEULENBERG – Construção de habitação e piscina – Urbanização do Vale da Telha – Sector C – Lote sessenta e três – Aljezur – vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis -----

– INÁCIO ESTÁCIO DOS SANTOS – Construção de habitação – Urbanização do Vale da Telha – Sector D – Lote cento e noventa e seis – Aljezur – doze de Janeiro de dois mil e sete -----

– INÁCIO ESTÁCIO DOS SANTOS – Construção de habitação – Urbanização do Vale da Telha – Sector D – Lote cento e noventa e cinco – Aljezur – doze de Janeiro de dois mil e sete -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FLÁVIO FIGUEIRAS: -----

Pretendo deixar aqui algumas das minhas preocupações, relativamente à questão da segurança das pessoas no Concelho: -----

UM – Lamento que a Rua “25 de Abril” continue a ser atravessada, diariamente, por transportes de grande dimensão, entre eles os que transportam material perigoso, que põem em causa a segurança e o bem estar de todos os que aqui residem, trabalham ou passam em lazer. Lamento que a opção “variante” a esta Rua “25 de Abril”, é mais uma das obras prometidas, há mais de dez anos, pelo Senhor Presidente da Câmara, e no entanto, até à data não passa de uma promessa. Convém não esquecer a catástrofe que aconteceu recentemente em Ourique e, se

tivermos a infelicidade de acontecer algo parecido, Aljezur correrá um grande risco. Assim, peço que este assunto seja tratado com urgência. -----

DOIS – Decorreram obras junto à ponte/estacionamento para a construção de um PT da EDP. Sucede que, antes dessa construção, aquele local estava protegido com uma protecção de madeira, no sentido de proteger crianças, idosos ou veículos de uma possível queda para a ribeira. Lamento que, após vários meses da execução da referida obra, não tenha sido reposta a referida protecção, bem como a regularização do pavimento e a cobertura do cabo de energia que está junto à ponte. Ambas as situações podem colocar em risco qualquer munícipe que ali se aproxime. -----

TRÊS – Lamento, ainda que a repavimentação do tapete, em frente à casinha de espera dos autocarros, junto ao Posto de Turismo, ainda não tenha sido feita. Pois encontra-se com mau aspecto há vários meses, causando problemas às viaturas e às pessoas, tal como dá um mau aspecto para os Múncipes e para os turistas.---

QUATRO – Quero, ainda, deixar o alerta para a situação das casas de banho públicas no Concelho. Uma vez que muitas não dispõem de fácil acesso e, nenhuma delas dispõe de acesso para deficientes. É de lamentar que em plano Século XXI, o Concelho de Aljezur não ofereça estas condições. -----

CINCO – Manifesto a minha preocupação com o que tem estado a acontecer com as obras da CMA, relativamente à ocupação de terrenos particulares, sem que a Autarquia os tenha adquirido antes das obras e, sem o acordo dos seus proprietários. Exemplo disto aconteceu com os terrenos, junto à obras da piscina, bem como com a abertura de uma vala, onde irão passar algumas infraestruturas para a obra do Pavilhão Multiusos. -----

QUESTÕES COLOCADAS, IGUALMENTE, PELO SENHOR VEREADOR FLÁVIO FIGUEIRAS:

PONTO UM – Qual o ponto da situação, relativamente às instalações da “Imobiliária Pedra D’Agulha”? -----

PONTO DOIS – Como se encontra a situação dos Lotes onde está a ser construída a Pousada da Juventude? Se os mesmos já foram unificados? No caso afirmativo, em que data foram? -----

PONTO TRÊS – Pretendo saber se, é a Autarquia que está a suportar a despesa com a iluminação da extensão da Casa da Criança em Aljezur, uma vez que as luzes estão acesas dia e noite? -----

PONTO QUATRO – Pretendo saber se é verdade que o funcionário da Câmara, José Manuel dos Santos Marreiros, actual Presidente da Junta de Freguesia de Aljezur, foi recentemente nomeado para o cargo de Chefe do Parque de Máquinas? -----

PONTO CINCO – Pretendo saber qual o montante que a Câmara Municipal gastou com o evento “Sabores Vicentinos”? -----

PONTO SEIS – Gostava de saber, por escrito, quantos telemóveis da Câmara Municipal estão distribuídos por funcionários, ou outros? E, a quem? -----

PONTO SETE – Mais, gostaria de ser informado se a obra de reconstrução do edifício, na Rua João Dias Mendes, junto ao jardim, está licenciada para a volumetria que apresenta, tal como se cumpre toda a legislação em vigor, para zonas históricas, como é o caso. Mais, tendo conhecimento que, em mil novecentos e noventa e sete, os então proprietários, pediram para que aquele edifício fosse

reconstruído, tendo sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara que não era possível reconstruir com dois andares. Qual a justificação para agora a obra se apresentar já com dois pisos? Saliento que, tanto a minha opinião pessoal, como a minha opinião política, está desagradada com esta obra. Pois a mesma não se enquadra nem se ajusta com a volumetria e a arquitectura da zona histórica. Mais digo, que no meu entendimento, existe um acórdão do Tribunal Constitucional, nas áreas que não existe Plano Pormenor de alinhamento das fachadas e da cércea aprovada pela Câmara Municipal, as edificações a licenciar devem alinhar pelo alinhamento das fachadas onde se inserem, com a inserção harmoniosa das construções formadas pelos edifícios vizinhos e envolventes.-----

PONTO OITO – Por fim, gostaria de ser informado sobre o resultado do Concurso para adjudicação do espaço comercial no Mercado de Maria Vinagre, nomeadamente, se houve licitações? Se foi adjudicado? E, por quem? -----

USOU DA PALAVRA O SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES COLOCADAS PELO SENHOR VEREADOR FLÁVIO FIGUEIRAS:-----

Relativamente aos pontos dois e três, da intervenção do Senhor Vereador Flávio Figueiras, o Senhor Vice-Presidente informou que a Autarquia vai tomar as devidas diligências, no sentido de resolver a situação. -----

Relativamente ao ponto quatro, referiu que a Autarquia registou a preocupação do Senhor Vereador. -----

Em relação ao ponto cinco, o Senhor Vice-Presidente disse estranhar a situação colocada pelo Senhor Vereador, porque ele próprio geriu as devidas autorizações, com os proprietários, em ambos os casos, através de reuniões, comunicações oficiais registadas com avisos de recepção e telefonemas. Disse ainda considerar que ninguém terá ficado excluído deste processo. -----

Quanto à primeira questão colocada, disse ter reunido com os interessados, tendo-lhes transmitido que a Autarquia reiterava a deliberação de Câmara e uma comunicação mais recente, que levará à posse administrativa das referidas instalações, caso, e porque já foi esgotado o tempo previsto, não seja proposta uma solução que confira a legalidade relativamente a esta matéria. -----

Em relação à segunda questão, referiu que os lotes onde ocorre a construção da Pousada da Juventude da Arrifana, obra da responsabilidade da Administração Central, não estão unificados. -----

Quanto à terceira questão, referiu que, no âmbito do Protocolo assinado com aquela Instituição, os custos de electricidade são suportados pela Casa da Criança do Rogil. Todavia, não obstante a pertinência da questão levantada pelo Senhor Vereador, admite que tratar-se de uma luz de presença. -----

Em relação à quarta questão, confirmou que o funcionário José Manuel dos Santos Marreiros, foi de facto reclassificado na categoria de Encarregado de Parque de Máquinas e Viaturas. -----

Quanto à quinta questão, o Senhor Vereador Gonçalves encarregar-se-á de apurar o valor gasto com o evento “Sabores Vicentinos”, e do facto dará conta em próxima reunião de Câmara. -----

Relativamente à sexta questão, referiu que o Senhor Presidente da Câmara tomará conhecimento da solicitação do Senhor Vereador e procederá da forma que entender.

Quanto à sétima questão, informou que a obra que decorre na Rua João Dias Mendes, está licenciada e a sua volumetria não fere, ou desrespeita, qualquer legislação em vigor. A propósito do alinhamento das fachadas, com os edifícios vizinhos, refira-se que a primeira proposta previa o último piso recuado, facto que não mereceu aprovação do Gabinete de Arquitectura, precisamente pelo facto que o Senhor Vereador refere, e bem, tendo o projecto sido alterado no sentido de prever em obra o referido alinhamento. -----

Quanto ao facto referido pelo Senhor Vereador de que, em tempos, não terá sido autorizada uma reconstrução nos moldes em que a actual decorre, disse registar a informação mas referiu desconhecer tal pretensão. Contudo, disse que iria procurar informação a esse respeito.-----

Finalmente, quanto à última questão, informou que a acta de arrematação da Secção Comercial, destinada a Similar de Hotelaria, no Mercado Municipal de Maria Vinagre, encontra-se já lavrada e constará da Ordem de Trabalhos da próxima reunião de Câmara, para efeitos de homologação. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR FLÁVIO FIGUEIRAS: -----

Tendo ficado deliberado por esta Autarquia que, quem usufrui do espaço onde funciona a Imobiliária Pedra d'Agulha, tinha oito meses para fechar tal espaço, ou seja, tendo já expirado o respectivo prazo, porquê tanto tempo sem se dar despacho à deliberação deste Executivo? -----

II – Administração e Finanças

PONTO UM – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE NOVE DE JANEIRO DE DOIS MIL E SETE: – Depois de ter sido lida, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da reunião ordinária realizada no dia nove de Janeiro do corrente ano. -----

PONTO DOIS – LEGISLAÇÃO: – Foi apresentada a seguinte legislação, da qual a Câmara tomou conhecimento: -----

DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO número oitenta e quatro barra dois mil e seis, da Presidência do Conselho de Ministros, publicada na Primeira Série, do Diário da República número duzentos e quarenta e sete, de vinte e sete de Dezembro, que aprova o regime jurídico da instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos. -----

DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO número oitenta e cinco barra dois mil e seis, da Presidência do Conselho de Ministros, publicada na Primeira Série, do Diário da República número duzentos e quarenta e nove, de vinte e nove de Dezembro, que estabelece o regime jurídico de protecção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem. -----

LEI número cinquenta e três – A barra dois mil e seis, da Assembleia da República, publicada na Primeira Série, do Diário da República número duzentos e quarenta e nove, de vinte e nove de Dezembro, que publica o Orçamento de Estado para dois mil e sete. -----

PORTARIA número mil quatrocentos e trinta e três – C barra dois mil e seis, do Ministério da Justiça, publicada na Primeira Série, do Diário da República número

duzentos e quarenta e nove, de vinte e nove de Dezembro, que fixa o custo médio de construção por metro quadrado, para vigorar em dois mil e sete. -----

DECRETO-LEI número um barra dois mil e sete, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, publicado na Primeira Série, do Diário da República número um, de dois de Janeiro, que estabelece as condições de higiene dos locais de extracção e processamento de mel e outros produtos da apicultura, destinados ao consumo humano. -----

PORTARIA número oito – A barra dois mil e sete, dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, publicada no suplemento da Primeira Série, do Diário da República número dois, de três de Janeiro, que altera o Regulamento do Euromilhões. -----

PORTARIA número oito – B barra dois mil e sete, dos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, publicada no suplemento da Primeira Série, do Diário da República número dois, de três de Janeiro, que estabelece as normas de execução necessárias à aplicação do regime jurídico de protecção no desemprego. --

PORTARIA número nove barra dois mil e sete, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, publicada na Primeira Série, do Diário da República número três, de quatro de Janeiro, que aprova os novos modelos de impressos das declarações modelos números catorze e trinta e dois, para entrega por transmissão electrónica. -----

PORTARIA número dez barra dois mil e sete, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, publicada na Primeira Série, do Diário da República número três, de quatro de Janeiro, que aprova o novo modelo de impresso da declaração modelo número três de IRS. -----

PORTARIA número onze barra dois mil e sete, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, publicada na Primeira Série, do Diário da República número três, de quatro de Janeiro, que aprova o impresso da declaração modelo número dez de IRS e IRC. -----

PORTARIA número dezanove barra dois mil e sete, do Ministério da Economia e da Inovação, publicada na Primeira Série, do Diário da República número quatro, de cinco de Janeiro, que aprova o regulamento aplicável aos sistemas de medição contínua e dinâmica de quantidades de líquidos com exclusão da água. -----

PORTARIA número vinte e um barra dois mil e sete, do Ministério da Economia e da Inovação, publicada na Primeira Série, do Diário da República número quatro, de cinco de Janeiro, que aprova o regulamento aplicável aos contadores de água limpa, fria ou quente, para uso doméstico, comercial ou da indústria ligeira. -----

PORTARIA número vinte e dois barra dois mil e sete, do Ministério da Economia e da Inovação, publicada na Primeira Série, do Diário da República número quatro, de cinco de Janeiro, que aprova o regulamento aplicável aos instrumentos de medições dimensionais. -----

PORTARIA número trinta e três barra dois mil e sete, do Ministério da Economia e da Inovação, publicada na Primeira Série, do Diário da República número cinco, de oito de Janeiro, que aprova o regulamento aplicável aos taxímetros. -----

PORTARIA número cinquenta barra dois mil e sete, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicada na Primeira

Série, do Diário da República número seis, de nove de Janeiro, que aprova o modelo de alvará de licença para realização de operações de gestão de resíduos. --
PORTARIA número cinquenta e sete barra dois mil e sete, do Ministério da Economia e da Inovação, publicada na Primeira Série, do Diário da República número sete, de dez de Janeiro, que aprova o regulamento aplicável aos instrumentos de pesagem de funcionamento automático. -----

PORTARIA número setenta e três barra dois mil e sete, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicada na Primeira Série, do Diário da República número oito, de onze de Janeiro, que fixa a correspondência entre as classes de habilitações e o valor das obras. -----

PONTO TRÊS – FINANÇAS MUNICIPAIS -----

PONTO TRÊS PONTO UM – RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: – A Câmara tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria do dia vinte e dois de Janeiro de dois mil e sete. -----

PONTO QUATRO – IMPOSTO MUNICIPAL DE TRANSMISSÕES ONEROSAS: – Foram apresentados os ofícios abaixo indicados, enviando fotocópias de escrituras efectuadas nos meses de Outubro e Dezembro de dois mil e seis, nos termos do número cinco do artigo quinquagésimo quinto do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis: -----

– **CARTÓRIO NOTARIAL DE SEIXAL:** – Foi apresentado o ofício número dezoito, datado de dois de Janeiro de dois mil e sete, enviando fotocópias de escrituras efectuadas durante o passado mês de Outubro, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. -----

Tomado conhecimento. -----

– **CARTÓRIO NOTARIAL DE LAGOS:** – Foi apresentado o ofício número nove, datado de oito de Janeiro de dois mil e sete, enviando fotocópias de escrituras efectuadas durante o passado mês de Dezembro, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. -----

Tomado conhecimento. -----

– **CARTÓRIO NOTARIAL – MARIA MARGARIDA FRESCO BORLINHA HENRIQUES:** – Foi apresentado o ofício número onze, datado de onze de Janeiro de dois mil e sete, enviando fotocópias de escrituras efectuadas durante o passado mês de Dezembro, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. -----

Tomado conhecimento. -----

PONTO CINCO – AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO SITO EM ROGIL – ARTIGO CINQUENTA E DOIS – SECÇÃO O: – No seguimento da deliberação de vinte e sete de Dezembro do ano transacto, foi apresentado o ofício número cento e setenta e dois – três, datado do passado dia vinte e nove de Dezembro, da Advogada Anabela Brites, em representação de Cristina, Frederico e Bruno Martins Ferreira, co-proprietários do prédio acima identificado, a aceitar o valor proposto pela Autarquia, para a aquisição do referido imóvel. -----

Tomado conhecimento. -----

PONTO SEIS – ORTOCARTOGRAFIA E CARTOGRAFIA NUMÉRICA VECTORIAL À ESCALA UM POR DEZ MIL – TRANSFERÊNCIA DE VERBA PARA A AMAL: – No seguimento

da deliberação de onze de Fevereiro de dois mil e cinco, foi apresentado o ofício número mil cento e sessenta e sete, datado de três de Outubro de dois mil e seis, a dar conhecimento da deliberação de Junta Metropolitana, de seis de Março do ano transacto, acerca do lançamento do concurso público intermunicipal para adjudicação da produção de Ortocartografia e Cartografia Numérica Vectorial à escala um por dez mil, cujos custos são repartidos por todos os Municípios do Algarve e, solicitando a transferência para a AMAL da importância correspondente ao Município de Aljezur, no valor total de sessenta e sete mil quinhentos e dois euros e dez cêntimos.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir para a AMAL a verba solicitada, no montante sessenta e sete mil quinhentos e dois euros e dez cêntimos. -----

PONTO SETE – CORRESPONDÊNCIA: – Foi apresentada a correspondência a seguir discriminada, da qual a Câmara tomou conhecimento e deliberou como a seguir se indica: -----

TERRAS DO INFANTE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS: – Foi apresentado o ofício número quinze, datado de oito de Janeiro do corrente ano, enviando cópia da acta da reunião do Conselho Directivo realizada no dia cinco de Dezembro do ano transacto e cópia do contrato-programa entre a Terras do Infante a Aflosul – Associação de Produtores Florestais do Sudoeste Algarvio. -----

Tomado conhecimento. -----

TERRAS DO INFANTE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS: – Foi apresentado o ofício circular número um, datado de oito de Janeiro do corrente ano, enviando cópia da acta da reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada no dia dezoito de Dezembro do ano transacto. -----

Tomado conhecimento. -----

TERRAS DO INFANTE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS: – Foi apresentado o ofício número cinco, datado de quatro de Janeiro do corrente ano, enviando cópia da acta da reunião extraordinária do Conselho Directivo, realizada no dia dez de Outubro do ano transacto. -----

Tomado conhecimento. -----

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS: – Foi apresentada a carta datada de oito de Janeiro do corrente ano, enviando cópia do requerimento dirigido ao Governo, referente à Prevenção e Segurança da Costa Algarvia. -----

Tomado conhecimento. -----

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE ALJEZUR: – Foi apresentado o ofício número nove barra dois mil e sete, datado de cinco de Janeiro, dando conhecimento da eleição dos novos Corpos Gerentes, que teve lugar no passado dia vinte e três de Dezembro. -----

Tomado conhecimento. -----

PARÓQUIA DA NOSSA SRA. DA PIEDADE – ODECEIXE: – Foi apresentada a carta sem data, solicitando a atribuição de um apoio financeiro, destinado a fazer face a despesas inerente à aquisição do relógio e sinos para a Paróquia da Nossa Sra. da Piedade, em Odeceixe. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de quatro mil euros. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi apresentado o ofício número seis, datado de quatro de Janeiro do corrente ano, informando da aprovação, em sessão realizada no dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, da tomada de posição acerca da Portaria número novecentos e quatro barra dois mil e seis, que regula o Estabelecimento de Zonas Livres de Trángénicos. -----

Tomado conhecimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi apresentado o ofício número três, datado de três de Janeiro do corrente ano, informando da aprovação, em sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e sete. -----

Tomado conhecimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi apresentado o ofício número dois, datado de três de Janeiro do corrente ano, informando da aprovação, em sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, da alteração à finalidade do empréstimo no valor de cento e trinta e cinco mil euros, contratado com a Caixa Geral de Depósitos. -----

Tomado conhecimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi apresentado o ofício número um, datado de três de Janeiro do corrente ano, informando da aprovação, em sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, da prorrogação do prazo para realização de escritura de compra e venda do Lote Vinte e Um, sito no Loteamento Municipal da Cruz – Raquel Miguéis Mendes Perinhas Penetra e Hugo Miguel do Amaral Jorge Joaquim. -----

Tomado conhecimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR: – Foi apresentado o ofício número quatro, datado de três de Janeiro do corrente ano, informando da aprovação, em sessão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, da proposta de protocolo a estabelecer com as Juntas de Freguesia de Odeceixe, Rogil, Aljezur e Bordeira.-----

Tomado conhecimento. -----

RARÍSSIMAS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DOENÇAS MENTAIS E RARAS: – Foi apresentado o mail, datado de dois de Janeiro do corrente ano, sobre a campanha de recolha de consumíveis usados, a favor da construção da Casa dos Marcos.-----
A Câmara deliberou, por unanimidade, que os consumíveis informáticos, usados durante o ano dois mil e sete, serão doados à Raríssimas – Associação Nacional de Doenças Mentais e Raras.-----

AMAL – GRANDE ÁREA METROPOLITANA DO ALGARVE: – Foi apresentado o ofício circular número um barra dois mil e sete, datado de quatro de Janeiro, enviando cópia de Moção e Proposta, sobre a Lei das Finanças Locais. -----

Tomado conhecimento. -----

REAL TUNA INFANTINA – TUNA MISTA DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE: – Foi apresentado o fax datado de treze de Dezembro de dois mil e seis, enviando proposta para realização de espectáculo “O Mistuna dois mil e sete” – VII Festival de Tunas Mistas da Universidade do Algarve. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de cento e cinquenta euros à Real Tuna Infantina, pela contrapartida de um espectáculo a realizar no Município, em data a acordar. -----

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS LIMITADOS DA VOZ: – Foi apresentado o ofício número oitocentos e quarenta e um mil novecentos e oitenta, datado de dois de Janeiro do corrente ano, solicitando a atribuição de um subsídio, de forma a poderem dar continuidade à missão que esta Associação tem vindo a desenvolver. --
A Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar que de momento não lhe é possível atribuir o subsídio solicitado. -----

III – *Acção Social*

PONTO UM – ABERTURA DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DE MUNICÍPIOS CARENCIADOS: – Pela Senhora Vereadora Fátima Neto, foi apresentada a Proposta que a seguir se transcreve: -----

“PROPOSTA -----
ABERTURA DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DE MUNICÍPIOS CARENCIADOS-----
Proponho a Abertura de concurso para apresentação de candidaturas ao Apoio à Melhoria das Condições de Habitação de Municípios Carençados, nos termos do respectivo Regulamento Municipal, pelo prazo de trinta dias.” -----
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Proposta. -----

IV – *Águas e Esgotos*

PONTO UM – SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO VALE DA TELHA/MONTE CLÉRIGO/ESPARTAL: – Analisado o Estudo Prévio enviado pela Águas do Algarve, S.A, a Câmara deliberou concordar com o princípio da construção de uma única ETAR que sirva a Arrifana, Vale da Telha, Monte Clérigo e Espartal. ---
As localizações propostas, uma vez que não configuram este princípio não merecem a concordância da Câmara Municipal, bem como pelo facto de algumas propostas preverem descargas para zonas consideradas sensíveis, ou a construção de emissários submarinos. -----

Assim, e neste princípio, essa única ETAR deverá ter a sua localização a Sul do Vale da Telha, próximo do sítio da Bagaginha, conforme documento anexo. -----
Não obstante o atrás exposto, e porque é do conhecimento desta Autarquia que nem o ICN, nem o PNSACV, têm mostrado urgência e vontade em resolver esta questão, tão importante e crucial para o Ambiente em pleno Parque Natural, como é de resto o caso concreto da Rede de Saneamento do Vale da Telha, a Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Águas do Algarve a urgente construção da ETAR para a Arrifana, uma vez que se encontra em conclusão a empreitada da Rede de Esgotos daquela localidade. -----

V – *Juventude, Desporto e Tempos Livres*

PONTO UM – ASSOCIAÇÃO DE KICKBOXING DO ALGARVE E ALENTEJO: – Foi apresentado o ofício datado de cinco de Janeiro do corrente ano, enviando Relatório de Actividades e, solicitando um apoio financeiro no montante de três mil e

quinientos euros, destinado a apoiar as actividades que a Associação se propõe a desenvolver, no decorrer do corrente ano. -----

A Câmara tomou conhecimento do Relatório de Actividades desenvolvidas pela Associação e deliberou, por unanimidade, atribuir o apoio financeiro solicitado, no montante de três mil e quinhentos euros. -----

VI – *Obras Municipais*

PONTO UM – CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO NO ÂMBITO DO QCA III – PISCINAS MUNICIPAIS DE ALJEZUR: – Foi apresentado o officio número quarenta e oito barra zero sete, datado de dez de Janeiro, enviando para aprovação Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo no âmbito do QCA III, relativo ao projecto das Piscinas Municipais de Aljezur, contemplando exclusivamente a comparticipação financeira FEDER, de acordo com os procedimentos definidos no mesmo. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo no âmbito do QCA III, relativo ao projecto das Piscinas Municipais de Aljezur, cujos documentos depois de devidamente rubricados, vão ser remetidos à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a fim de serem assinados pelo Gestor do Programa Operacional. -----

VII – *Obras Particulares*

PONTO UM – MARIA DE OLIVEIRA NOVAIS E OUTROS – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA EM CARRASCALINHO – ALJEZUR: – Foi apresentado o requerimento em que Maria de Oliveira Novais e Outros, na qualidade de proprietários, vem requerer que lhe seja emitida certidão onde conste o parecer da Câmara Municipal sobre o destaque de uma parcela de terreno com a área de duzentos e noventa e quatro metros quadrados, de um prédio urbano com a área total de quatrocentos e noventa e nove metros quadrados, sito em Carrascalinho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Aljezur sob o número sete mil oitocentos e cinquenta e dois e, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo dois mil duzentos e cinquenta e três, da freguesia e Concelho de Aljezur. ---

Face à informação número dez barra zero sete, da Divisão de Urbanismo e Habitação e, na qual se conclui que a pretensão está conforme com a alíneas a) e b), do número quatro, do artigo sexto, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações constantes no Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir certidão onde conste o parecer favorável ao respectivo destaque. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR VEREADOR FLÁVIO FIGUEIRAS: -----
“Voto favorável ao pedido de certidão, deixando no entanto o pedido para que esta Autarquia, a curto prazo, e após o destaque do referido espaço, faça a aquisição do mesmo e que o viabilize como sendo público.” -----

SAÍDA DO SENHOR VEREADOR JOSÉ AMARELINHO: – O Senhor Vereador José Amarelinho ausentou-se da sala, não participando na discussão do seguinte assunto, passando a reunião a ser presidida pelo Senhor Vereador José Gonçalves.-----

PONTO DOIS – JÚLIA MARIA DIOGO – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE DE UM PRÉDIO MISTO SITO EM BREJO DA MOITA – ROGIL: – Foi apresentado o requerimento de Paula Reis, Solicitadora de Júlia Maria Diogo que, na qualidade de co-proprietária, de um prédio misto sito em Brejo da Moita, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo setenta e cinco, da Secção M e a parte urbana sob o artigo P mil duzentos e oitenta e oito e, descrito na Conservatória do Registo Predial de Aljezur sob o número trinta e dois, da freguesia de Rogil e Concelho de Aljezur, vem solicitar lhe seja emitida certidão do parecer quanto à constituição de compropriedade no prédio supra descrito, uma vez que, para efeitos de celebração de escritura de partilhas, ficará o mesmo a pertencer, em comum e partes iguais a Júlia Maria Diogo, José António Diogo Candeias e Manuel Diogo Candeias, ficando o mesmo em compropriedade. -----

Com base no parecer do Jurista desta Autarquia, datado de cinco de Janeiro do corrente ano, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir certidão onde conste o parecer favorável quanto à pretensão da requerente.-----

ENTRADA DO SENHOR VEREADOR JOSÉ AMARELINHO: – O Senhor Vereador José Amarelinho regressou à sala, passando de imediato a presidir os trabalhos da reunião. -----

PONTO TRÊS – ERGUIFICA – CONSTRUÇÕES, LDA. – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E COMÉRCIO, NA RUA “25 DE ABRIL”

– ALJEZUR: – Foi apresentado o requerimento em que Erguifica – Construções, Lda, na qualidade de promitente compradora de um prédio urbano, sito na Rua “25 de Abril”, em Aljezur, freguesia e Concelho de Aljezur, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo trezentos e cinquenta e dois e, descrito na Conservatória do Registo Predial de Aljezur sob o número mil oitocentos e noventa e três, vem nos termos do artigo décimo quarto, do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, solicitar informação prévia sobre a possibilidade de levar a efeito a construção de uma moradia e comércio, no local acima identificado. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a pretensão da requerente, condicionada ao cumprimento do teor constante na informação número vinte barra zero sete, da Divisão de Urbanismo e Habitação. -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, que, em sede de projecto, não obstante a aprovação da presente informação prévia, deverá ser minuciosamente verificado e aferido o polígono de implantação proposto. -----

SAÍDA DO SENHOR VEREADOR JOSÉ AMARELINHO: – O Senhor Vereador José Amarelinho ausentou-se da sala, não participando na discussão do seguinte assunto, passando a reunião a ser presidida pelo Senhor Vereador José Gonçalves.-----

PONTO QUATRO – SIEGFRIED OTTO HANDSCHUCK – PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIA EM PERDIGÃO – ROGIL – EXPOSIÇÃO E REAPRECIAÇÃO:

– No seguimento da deliberação de seis de Dezembro de dois mil e cinco, foi apresentada a exposição de Paula Reis, Solicitadora de Siegfried Otto Handschuck, residente acidentalmente em Brejo Longo, Aljezur, na qualidade de usufrutuário de um prédio rústico, sito em Perdígão, freguesia de Rogil e Concelho

de Aljezur, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo cento e cinquenta e três, da Secção AC e descrito na Conservatória Predial de Aljezur sob o número três mil oitocentos e vinte e sete, referente ao pedido de informação prévia para construção de habitação, no local acima identificado. -----

Face ao teor constante na informação número vinte e três barra zero sete, da Divisão de Urbanismo e Habitação, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, reconhecendo assim as razões ponderosas apresentadas pelo requerente. -----

ENTRADA DO SENHOR VEREADOR JOSÉ AMARELINHO: – O Senhor Vereador José Amarelinho regressou à sala, passando de imediato a presidir os trabalhos da reunião. -----

Assunto Introduzido na Ordem de Trabalhos

PONTO UM – CASA DA CRIANÇA DO ROGIL: – Foi apresentado o ofício número treze barra dois mil e sete, datado de dezassete de Janeiro, solicitando um adiantamento de uma verba no valor global de vinte e oito mil quinhentos e um euros e dez cêntimos, destinada à aquisição de uma viatura de nove lugares, para transporte de crianças, constante na candidatura ao Programa Leader + Sudoeste, em virtude da aquisição ter que ser feita antes da comparticipação. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir para a Casa da Criança do Rogil a verba solicitada, no montante de vinte e oito mil quinhentos e um euros e dez cêntimos, cuja importância equivalente a setenta por cento do preço da viatura, será devolvida assim que a Casa da Criança do Rogil receber a comparticipação do Programa Leader + Sudoeste. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO: – Não se verificou qualquer intervenção por parte do público presente. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – De acordo com o disposto no número três, do artigo noventa e dois, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e depois de lida em voz alta na presença de todos, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta em minuta. -----

VOTAÇÃO: – Todas as votações foram tomadas nominalmente. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: – E, não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Vice-Presidente foi encerrada a reunião, eram doze horas e quarenta minutos mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente Acta que eu, José da Silva Gregório, Técnico Superior de Segunda Classe, a redigi e subscrevo. -----



O Vice-Presidente,

O Secretário,
